

Estado de Santa Catarina

**Prefeitura de
Princesa**



CADERNO DE PROVA **TIPO 4**

Edital de Processo Seletivo nº 001/2026

AGENTE FISCAL DE TRIBUTOS E OBRAS



Foto: AMEOSC

ATENÇÃO!

Leia atentamente as instruções constantes no verso desta capa.

ATENÇÃO! LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES A SEGUIR.



- ▶ **Verifique o tipo de prova indicado na capa deste caderno de prova e preencha corretamente o campo correspondente no cartão-resposta.**
- ▶ **O cartão-resposta é o único documento válido para a correção da prova objetiva e não será substituído em hipótese alguma.**
- ▶ **O candidato somente poderá retirar-se do local de prova após decorridos 30 (trinta) minutos do início da aplicação da prova.**
- ▶ **A interpretação das questões faz parte da avaliação, não sendo permitidos esclarecimentos ou consultas aos fiscais sobre o conteúdo da prova.**

CONFERÊNCIA DO CADERNO DE PROVA

- ▶ Confira se este caderno de prova corresponde ao cargo para o qual você se inscreveu e se contém **20 (vinte) questões**, numeradas de **1 a 20**.
- ▶ Verifique se há falhas de impressão, páginas faltantes, questões ilegíveis ou qualquer outra imperfeição gráfica que possa comprometer a compreensão da prova. Eventuais irregularidades deverão ser comunicadas imediatamente ao fiscal de sala. Não serão aceitas reclamações após o término da prova.
- ▶ Os cadernos de prova possuem 4 (quatro) tipos diferentes. O conteúdo das questões é idêntico para todos os candidatos, diferenciando-se apenas a ordem das questões e das alternativas.

PREENCHIMENTO DO CARTÃO-RESPOSTA

- ▶ Cada questão da prova objetiva apresenta 4 (quatro) alternativas, identificadas pelas letras A, B, C e D, sendo apenas uma delas a resposta correta.
- ▶ Todas as respostas deverão ser transcritas para o cartão-resposta, que constitui o único documento válido para a correção da prova objetiva.
- ▶ Preencha o tipo de prova e assinale a alternativa que considerar correta conforme o exemplo apresentado a seguir:

✓ **Forma CORRETA:** ●

✗ **Forma ERRADA:** ○ ● ✓ ⊘ ⊗ ⊙

MATERIAIS PERMITIDOS

- ▶ Mantenha sobre a carteira apenas:
 - documento oficial de identificação;
 - caneta esferográfica de tinta azul ou preta, fabricada em material transparente;
 - recipiente transparente contendo água, sem rótulo ou etiqueta.

TEMPO DE PROVA

- ▶ A prova objetiva terá duração máxima de **2h30 (duas horas e trinta minutos)**, já incluído o tempo destinado ao preenchimento do cartão-resposta.
- ▶ O caderno de prova poderá ser levado pelo candidato.
- ▶ Os 3 (três) últimos candidatos de cada sala somente poderão retirar-se simultaneamente, após o encerramento da ata de sala.

NÃO É PERMITIDO

- ▶ Comunicar-se com outros candidatos durante a aplicação da prova, sob qualquer forma ou alegação.
- ▶ Realizar consultas de qualquer natureza, inclusive por meio de materiais impressos, equipamentos eletrônicos ou quaisquer outros recursos.
- ▶ Ausentar-se da sala sem o acompanhamento de um fiscal.
- ▶ Utilizar o banheiro após a entrega do cartão-resposta.
- ▶ Permanecer no local de realização das provas após a entrega do cartão-resposta e o encerramento de sua participação no certame.

ENCERRAMENTO

- ▶ Ao concluir a prova, entregue ao fiscal de sala o **cartão-resposta** devidamente **preenchido** e **assinado**.
- ▶ Após a entrega do cartão-resposta, retire-se imediatamente do local de aplicação das provas.

BOA PROVA!

Conhecimentos Específicos

Questão 01

Ao examinar um projeto de lei que cria novas receitas para o Município, a assessoria da Secretaria de Fazenda verifica se cada cobrança proposta se ajusta ao conceito legal de tributo e às características de suas espécies. Sobre esse exame, analise as afirmativas a seguir:

I. Tributo é prestação pecuniária compulsória que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei.

II. A taxa não pode ter base de cálculo ou fato gerador idênticos aos que correspondam a imposto.

III. A contribuição de melhoria tem por fato gerador a utilização de serviço público específico e divisível.

Está correto o que se afirma em:

- (A) I apenas.
- (B) II apenas.
- (C) I e II apenas.
- (D) I, II e III.

Questão 02

Um Município pretende entregar a operação do transporte coletivo urbano a uma empresa selecionada em certame, e a Procuradoria examina o regime jurídico dessa delegação. Analise as asserções a seguir e a relação proposta entre elas.

I. Incumbe ao poder público, na forma da lei, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, sempre através de licitação, a prestação de serviços públicos.

PORQUE

II. A celebração do contrato de concessão transfere ao concessionário a titularidade do serviço público que lhe foi confiado.

A respeito dessas asserções, assinale a alternativa correta:

- (A) A asserção I é falsa, e a II é verdadeira.
- (B) A asserção I é verdadeira, e a II é falsa.
- (C) As asserções I e II são verdadeiras, e a II é uma justificativa correta da I.
- (D) As asserções I e II são verdadeiras, mas a II não é uma justificativa correta da I.

Questão 03

Na fiscalização do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS), o agente municipal confronta as notas fiscais emitidas pelos prestadores com as regras gerais que disciplinam a cobrança do tributo. Acerca do assunto, registre V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas:

() O imposto incide sobre os serviços da lista, ainda que eles não constituam a atividade preponderante do prestador.

() A base de cálculo do imposto é o preço do serviço deduzido dos tributos que incidem sobre a própria operação.

() A incidência do imposto varia conforme a denominação que o prestador atribui ao serviço efetivamente prestado por ele.

() Na relação jurídica tributária do imposto, figura como contribuinte a pessoa que presta o serviço ao seu tomador.

Após análise, assinale a alternativa que apresenta a sequência correta, de cima para baixo:

- (A) V, V, F, F.
- (B) F, V, V, F.
- (C) F, F, V, V.
- (D) V, F, F, V.

Questão 04

Durante uma diligência fiscal, um agente municipal que conduzia veículo oficial colidiu com o automóvel de um particular, que agora pretende ser indenizado pelos prejuízos sofridos. Considerando o regime de responsabilidade civil aplicável ao caso, assinale a alternativa correta.

- (A) O Município responde independentemente de culpa, assegurado o regresso contra o agente que agiu com dolo ou culpa.
- (B) O Município indeniza o particular e pode cobrar do agente o valor integral, independentemente de dolo ou culpa.
- (C) O Município responde pelos danos causados desde que o particular comprove a culpa do agente na condução do veículo.
- (D) O particular deve acionar diretamente o agente causador do dano, e o Município responde de forma subsidiária.

Questão 05

Durante a verificação dos livros de uma empresa contribuinte, o fiscal de tributos municipal reconstitui o ciclo de escrituração para rastrear o caminho percorrido por cada operação registrada. Considere as etapas desse ciclo listadas abaixo:

- (1) Transposição dos lançamentos para as contas individualizadas no livro Razão.
- (2) Elaboração das demonstrações contábeis do período.
- (3) Registro das operações, em ordem cronológica, no livro Diário.
- (4) Levantamento do balancete de verificação com os saldos das contas.

Assinale a alternativa que apresenta a ordem lógica correta dessas etapas no ciclo de escrituração:

- (A) 3, 1, 2, 4.
- (B) 1, 3, 4, 2.

(C) 1, 3, 2, 4.

(D) 3, 1, 4, 2.

Questão 06

Os princípios expressos que regem a Administração Pública orientam a conduta dos agentes em toda a atividade fiscal do Município. Associe cada princípio da Coluna I à ideia que o expressa na Coluna II:

Coluna I

1. Legalidade.

2. Impessoalidade.

3. Moralidade.

4. Publicidade.

Coluna II

() A divulgação oficial dos atos é condição para que eles produzam efeitos externos.

() Os contribuintes recebem tratamento isonômico, sem favorecimentos nem perseguições pelo agente.

() O agente atua nos limites daquilo que a norma autoriza, sem agir onde ela nada prevê.

() A conduta do agente observa a boa-fé, a lealdade e a probidade, ainda que o ato seja formalmente válido.

Assinale a alternativa que apresenta a associação correta, de cima para baixo:

(A) 1, 2, 4, 3.

(B) 1, 3, 4, 2.

(C) 4, 2, 1, 3.

(D) 4, 3, 1, 2.

Questão 07

Nos processos administrativos instaurados a partir de autos de infração lavrados pela fiscalização municipal, e também nos processos disciplinares que envolvem os próprios servidores, a Administração deve observar garantias asseguradas aos envolvidos. A respeito dessas garantias, analise as afirmativas a seguir:

I. Aos litigantes em processo administrativo são assegurados o contraditório e a ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes.

II. A exigência de depósito prévio de dinheiro como condição de admissibilidade do recurso administrativo é compatível com a ampla defesa.

III. A falta de defesa técnica por advogado no processo administrativo disciplinar não ofende as garantias constitucionais.

Está correto o que se afirma em:

(A) I, II e III.

(B) I e III apenas.

(C) III apenas.

(D) I apenas.

Questão 08

Ao analisar pedidos de contribuintes, o agente fiscal municipal precisa distinguir as causas que afetam o crédito tributário e o alcance de cada uma. A _____ e a anistia são hipóteses de exclusão do crédito tributário, e a primeira, salvo disposição de lei em contrário, não é extensiva às taxas, às contribuições de melhoria e aos tributos instituídos _____ à sua concessão.

Assinale a alternativa que preenche corretamente as lacunas, na ordem em que aparecem:

(A) remissão - posteriormente

(B) remissão - anteriormente

(C) isenção - posteriormente

(D) isenção - anteriormente

Questão 09

No cotidiano de uma Prefeitura, as prerrogativas da Administração se manifestam em situações concretas que envolvem servidores, particulares e normas internas. Associe cada prerrogativa da Coluna I à situação que a exemplifica na Coluna II:

Coluna I

1. Poder hierárquico.

2. Poder disciplinar.

3. Poder regulamentar.

4. Poder de polícia.

Coluna II

() O Prefeito edita decreto que detalha os procedimentos para o fiel cumprimento de lei tributária municipal.

() O Secretário de Fazenda avoca, temporariamente, a análise de processo atribuída a servidor que lhe é subordinado.

() O fiscal de posturas interdita estabelecimento comercial que funciona sem o alvará de licença exigido.

() A autoridade competente aplica suspensão a servidor após apurar falta funcional em processo próprio.

Assinale a alternativa que apresenta a associação correta, de cima para baixo:

(A) 3, 2, 4, 1.

(B) 4, 2, 3, 1.

(C) 4, 1, 3, 2.

(D) 3, 1, 4, 2.

Questão 10

No lançamento do Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis (ITBI), o agente fiscal municipal verifica se o negócio jurídico apresentado se enquadra na regra de competência do tributo. Compete aos Municípios instituir imposto sobre a transmissão _____, a qualquer título, por ato _____, de bens imóveis, por natureza ou

acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos a sua aquisição.

Assinale a alternativa que preenche corretamente as lacunas, na ordem em que aparecem:

- (A) causa mortis - oneroso
- (B) inter vivos - oneroso
- (C) inter vivos - gratuito
- (D) causa mortis - gratuito

Questão 11

Ao tratar dados pessoais de contribuintes para lançar e cobrar tributos, a Secretaria Municipal de Fazenda submete-se às regras que a Lei federal n.º 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), estabelece para o Poder Público. Considerando as condições que essa lei impõe ao tratamento de dados pessoais pelo Município, em exercício de suas competências legais, assinale a alternativa correta.

- (A) As hipóteses de tratamento são informadas ao titular mediante requerimento, em procedimento reservado ao interessado.
- (B) Devem ser informadas as hipóteses de tratamento, com informações claras e atualizadas sobre a sua previsão legal.
- (C) O tratamento depende de consentimento específico e destacado de cada contribuinte, colhido antes do lançamento.
- (D) A indicação de encarregado é facultativa e cabe ao Município decidir sobre ela conforme o volume de dados tratados.

Questão 12

A organização federativa distribui atribuições entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, e esse desenho delimita o campo de atuação dos agentes fiscais municipais. Analise as asserções a seguir e a relação proposta entre elas.

I. Os Municípios detêm competência para instituir imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana.

PORQUE

II. A conservação do patrimônio público é competência administrativa comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

A respeito dessas asserções, assinale a alternativa correta:

- (A) A asserção I é verdadeira, e a II é falsa.
- (B) As asserções I e II são verdadeiras, e a II é uma justificativa correta da I.
- (C) As asserções I e II são verdadeiras, mas a II não é uma justificativa correta da I.
- (D) A asserção I é falsa, e a II é verdadeira.

Questão 13

Em Município que não dispensou, por lei, a fase de fixação de diretrizes para o parcelamento do solo, a fiscalização urbanística acompanha o loteamento em todas as suas fases e confere se cada uma respeitou os requisitos das anteriores. Considere as etapas desse percurso listadas abaixo:

- (1) Registro do loteamento no cartório de registro de imóveis.
- (2) Solicitação à Prefeitura da definição das diretrizes de uso do solo.
- (3) Celebração dos contratos de venda dos lotes com os adquirentes.
- (4) Aprovação do projeto de loteamento pela Prefeitura.

Assinale a alternativa que apresenta a ordem cronológica correta em que essas etapas devem ocorrer:

- (A) 2, 4, 3, 1.
- (B) 4, 2, 1, 3.
- (C) 4, 2, 3, 1.
- (D) 2, 4, 1, 3.

Questão 14

Ao lavrar termos e autos no exercício da fiscalização, o agente municipal pratica atos administrativos cujas características e formas de desfazimento repercutem sobre seus efeitos perante o administrado. Acerca do assunto, registre V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas:

() O ato administrativo tem presunção de legitimidade e produz efeitos até ser invalidado, e transfere ao administrado o ônus de provar o vício.

() A licença para construir é ato discricionário e pode ser negada por conveniência, mesmo que o requerente preencha os requisitos legais.

() A revogação funda-se em razões de conveniência e oportunidade e produz efeitos a partir de sua edição, respeitados os direitos adquiridos.

() A multa aplicada ao contribuinte é dotada de autoexecutoriedade e pode ser cobrada coercitivamente pela Administração, sem intervenção judicial.

Após análise, assinale a alternativa que apresenta a sequência correta, de cima para baixo:

- (A) V, F, V, F.
- (B) F, V, F, V.
- (C) F, F, V, V.
- (D) V, V, F, F.

O texto seguinte servirá de base para responder às questões de 15 a 17.

Alfabetização no Brasil avança e supera meta: esforços por aprendizagem e equidade devem ser ampliados

O Brasil superou a meta de alfabetização estabelecida para 2025, com 66% das crianças alfabetizadas ao fim do 2º ano do Ensino Fundamental, segundo o Indicador Criança Alfabetizada (ICA), divulgado pelo Ministério da Educação (MEC) nesta segunda-feira (23). O resultado confirma uma trajetória de avanço iniciada em 2023 e reflete o esforço coordenado entre União, estados e municípios na implementação de políticas voltadas à alfabetização. O Todos Pela Educação fez uma nota detalhando os resultados.

Apesar do resultado positivo, ainda há desafios relevantes. Cerca de 34% das crianças concluem o 2º ano sem estarem alfabetizadas, o que reforça a necessidade de estratégias de recomposição das aprendizagens. Além disso, o nível considerado como alfabetização no país ainda é inicial, o que coloca como próximo passo elevar a qualidade da aprendizagem.

Os dados também mostram avanços na maioria dos estados: 25 unidades da federação registraram crescimento no indicador, e 20 atingiram a meta para 2025, sendo que 18 a superaram. Paraná e Goiás passaram a integrar o grupo de estados com 80% de crianças alfabetizadas, patamar projetado nacionalmente para 2030.

A nota também reforça que a ausência de dados desagregados por raça/cor e nível socioeconômico segue como um ponto de atenção, limitando a compreensão sobre como os avanços estão distribuídos entre diferentes grupos de estudantes.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. Alfabetização no Brasil avança e supera meta: esforços por aprendizagem e equidade devem ser ampliados. [S. l.]: Todos Pela Educação, [s. d.]. Disponível em: <https://todospelaeducacao.org.br/noticias/alfabetizacao-no-brasil-avanca-e-supera-meta-esforcos-por-aprendizagem-e-equidade-devem-ser-ampliados/>. Acesso em: 18 set. 2026.

Questão 15

"A nota também reforça que a ausência de dados desagregados por raça/cor e nível socioeconômico segue como um ponto de atenção."

O vocábulo 'socioeconômico' está corretamente grafado sem hífen. Assinale a alternativa que também apresenta todos os vocábulos grafados corretamente, com ou sem hífen.

- (A) Microondas, semiárido, auto-escola.
- (B) Extra-escolar, café da manhã, porta-copos.
- (C) Ex-aluno, contra-regra, pós-graduação.
- (D) Sub-região, autoafirmação, água-de-colônia.

Questão 16

"Apesar do resultado positivo, ainda há desafios relevantes."

Considerando a análise sintática do trecho acima, assinale a alternativa correta.

- (A) O termo 'relevantes' exerce a função de complemento nominal de 'desafios', uma vez que 'desafios' é substantivo abstrato que exige complementação obrigatória.
- (B) O termo 'positivo' exerce a função de adjunto adnominal de 'resultado', e 'desafios' exerce a função de núcleo do sujeito do verbo 'haver'.
- (C) O termo 'relevantes' exerce a função de adjunto adnominal de 'desafios', e o segmento 'desafios relevantes' exerce a função de objeto direto do verbo 'haver'.
- (D) O termo 'resultado positivo' exerce a função de sujeito da oração, enquanto 'apesar de' funciona como adjunto adverbial de concessão, modificando a oração principal, estabelecendo uma relação de contraste/ressalva.

Questão 17

"Cerca de 34% das crianças concluem o 2º ano sem estarem alfabetizadas, o que reforça a necessidade de estratégias de recomposição das aprendizagens."

Considerando a regra de concordância verbal, assinale a alternativa correta.

- (A) No trecho, a forma correta seria 'conclui' (singular), pois 'cerca de' é locução adverbial que neutraliza a concordância do verbo com o sujeito, exigindo a forma impessoal.
- (B) No trecho, 'concluem' está corretamente flexionado no plural e é a única forma de concordância, pois, com expressões como 'cerca de', 'mais de', o verbo concorda com o numeral que compõe a expressão.
- (C) No trecho, 'concluem' está corretamente flexionado no plural; contudo, a concordância é facultativa, admitindo-se também a forma singular 'conclui', uma vez que, com expressões como 'cerca de' e 'mais de', o verbo pode concordar tanto com o numeral quanto com a própria locução quantificadora.
- (D) No trecho, 'concluem' está corretamente flexionado no plural, concordando com o especificador 'crianças'; entretanto, a forma singular 'conclui' também seria admitida pela norma-padrão, caso se optasse pela concordância com o numeral '34', que assumiria, nessa hipótese, valor singular na oração.

Conhecimentos Gerais

Questão 18

A coordenação de cultura do Município de Princesa foi incumbida de montar uma linha do tempo para a exposição permanente do acervo municipal, situando a formação do extremo oeste catarinense no processo

histórico mais amplo do Estado. Para isso, quatro acontecimentos da história de Santa Catarina precisam ser dispostos em ordem cronológica crescente, do mais antigo ao mais recente.

Análise os acontecimentos a seguir.

I.Ocorrência da Guerra do Contestado, no planalto catarinense.

II.Fundação da colônia Blumenau, no Vale do Itajaí.

III.Chegada dos primeiros imigrantes alemães, em São Pedro de Alcântara.

IV.Início da imigração italiana em Santa Catarina.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência cronológica correta, do acontecimento mais antigo ao mais recente.

- (A) II, III, I, IV.
- (B) II, III, IV, I.
- (C) III, II, I, IV.
- (D) III, II, IV, I.

Questão 19

Um pesquisador em visita ao arquivo do Município de Princesa solicitou informação documentada sobre a emancipação municipal. O servidor responsável recorreu à lei estadual de criação do município, que identifica tanto a unidade da qual o território foi desmembrado quanto a circunscrição judiciária à qual o novo município ficou vinculado, informações frequentemente confundidas com as dos municípios limítrofes e com a sede da microrregião.

De acordo com a lei estadual de criação do Município de Princesa, o município do qual ele foi desmembrado e a cuja comarca ficou circunscrito é:

- (A) Dionísio Cerqueira.
- (B) São Miguel do Oeste.
- (C) São José do Cedro.
- (D) Guarujá do Sul.

Questão 20

A assessoria jurídica da Câmara Municipal de Princesa foi consultada, no início de uma nova legislatura, sobre a repartição de atribuições entre o Legislativo e o Executivo locais. A consulta pede que se identifiquem as providências que a Lei Orgânica reserva privativamente à Câmara Municipal, a fim de evitar que o órgão delibere sobre matéria alheia à sua competência.

Sobre as atribuições privativas da Câmara Municipal de Princesa, analise as afirmativas a seguir.

I.A eleição da Mesa e a sua destituição, na forma regimental, inserem-se entre as atribuições privativas da Câmara Municipal.

II.A autorização para que o Prefeito se ausente do Município é atribuição privativa da Câmara Municipal.

III.A organização dos serviços administrativos da Prefeitura Municipal integra as atribuições privativas da Câmara Municipal.

Está correto o que se afirma em:

- (A) II e III, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I, apenas.
- (D) I, II e III.



Associação dos Municípios do
Extremo Oeste de Santa Catarina

 **(49) 3621-0795**  **ameosc@ameosc.org.br**  **Segundo Aníbal Balbinot, 189
Agostini, São Miguel do Oeste/SC**

 **@ameoscoficial**  **www.ameosc.org.br**